

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.067 - RJ (2019/0252315-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : UBB PREV - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR  
**RECORRENTE** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(S) - SP327331  
RENATO FAIG TORRES PINTO DA ROCHA - RJ170097  
ANA CAROLINA DE PINHO DE IPANEMA MOREIRA - RJ182998  
ELISA PONTES SILVA DE OLIVEIRA - RJ220325  
**RECORRIDO** : SIND DOS TRAB EM EMPRESAS DO RAMO FINC DE NIT, SIG,  
ITB, TAG, RIB, SJA, C DE AB,R DAS OST, BZ,CF, A DO CABO,  
SPA,IGB,ARUR, SAQ E MARICA  
**ADVOGADO** : ELAINE LOUZADA BARBOSA E OUTRO(S) - RJ126843

## EMENTA

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC.** AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E DESCONTO DA RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO. TÉCNICA DE JULGAMENTO AMPLIADO. ART. 942 DO NCPC. RETORNO DOS AUTOS A ORIGEM PARA NOVO JULGAMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

## DECISÃO

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE NITERÓI E REGIÃO (SINDICATO) propôs ação civil pública contra ITAÚ UNIBANCO S.A. (UNIBANCO) E INSTITUTO JOÃO MOREIRA SALLES, atualmente denominado UBB PREV PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIDÊNCIA), objetivando, em sede de antecipação de tutela, seja o UNIBANCO compelido a restabelecer a realização dos descontos em folha de pagamento da contribuição para o INSTITUTO e que sejam os réus condenados, solidariamente, a pagar a complementação de aposentadoria dos substituídos processuais, que já tiverem se aposentado ou se aposentarem no curso da presente demanda, sob pena de multa diária em caso de descumprimento.

O Juízo de primeira instância julgou o pedido improcedente (e-STJ, fls. 677/685).

O SINDICATO interpôs apelação.

O TJRJ, por maioria de votos, suspendeu o julgamento do recurso em acórdão assim ementado:

# *Superior Tribunal de Justiça*

APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA POR SINDICATO MUNICIPAL. CATEGORIA DE BANCÁRIOS. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E DESCONTO DA RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO. EXISTÊNCIA PREJUDICIALIDADE ENTRE A PRESENTE DEMANDA E ANTERIOR AÇÃO COLETIVA QUE ESTÁ EM CURSO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. SUSPENSÃO DO RECURSO. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.

*Ação civil pública ajuizada pelo Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários de Niterói e regiões, em cuja peça inicial objetiva a proteção dos direitos e interesses dos funcionários do antigo UNIBANCO S/A, atual ITAÚ UNIBANCO S/A, admitidos até o mês de junho de 1981, e que no ano de 2006 tiveram suprimidos os descontos realizados em seus contracheques, relativos à contribuição previdenciária complementar do INSTITUTO JOÃO MOREIRA SALLES. Pedidos de reconhecimento do direito à suplementação de aposentadoria, de respectivo pagamento e de restabelecimento das contribuições unilateralmente suprimidas.*

*Procuradoria de Justiça, que argui, neste segundo grau, preliminar de litispendência no que respeita à precedente ação civil pública, de nº 0126000-03.2009.5.01.0511, ajuizada pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE NOVA FRIBURGO, que está em curso na Justiça do Trabalho. Pedido subsidiário de reconhecimento da prejudicialidade entre as demandas coletivas, com a conseqüente suspensão deste recurso.*

*Rejeição da preliminar de litispendência, acolhido, contudo, o pedido de suspensão do apelo, com fundamento na prejudicialidade.*

*A presente ação coletiva foi inicialmente distribuída ao Juízo de Direito da 72 Vara do Trabalho da Comarca de Niterói, que declinou de sua competência, em atenção à jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a competência da Justiça comum para processamento das demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência, nas quais se pretenda a complementação de aposentadoria. Entendimento pacificado em sede de repercussão geral e com modulação temporal dos efeitos.*

*Existência de anterior ação civil pública, ajuizada pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Nova Friburgo, que está em curso na Justiça do Trabalho e cujo processo não foi afetado pelo julgamento da referida*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*repercussão geral, em atenção à modulação temporal dos efeitos do julgado da Suprema Corte.*

*Análise das petições iniciais de ambas as demandas coletivas, que demonstram a identidade dos pedidos e da causa de pedir. Identidade dos beneficiários, que deve ser analisada à luz da eficácia subjetiva da sentença, vez que ambas as ações visam a proteção dos funcionários do antigo UNIBANCO S/A, atual ITAÚ UNIBANCO S/A, admitidos até o mês de junho de 1981.*

*O Sindicato pode ser nacional, estadual ou municipal. Atua, amplamente, e na qualidade de substituto processual da categoria que representa, o que se extrai do artigo 82, da Constituição Federal.*

*As ações coletivas ora sob exame, que foram ajuizadas por Sindicatos municipais. Portanto, com representação em bases territoriais distintas.*

*Acorde ao artigo 16, da Lei nº 7.347, de 1985, com redação alterada pela Lei nº 9.494, de 1997, a sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites territorial do órgão prolator. Artigo 22-A, da Lei nº 9.494/97, que ainda dispõe que a sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo, proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator.*

*O egrégio Superior Tribunal de Justiça tem conferido interpretação sistemática de tais dispositivos legais, com o Código de Defesa do Consumidor, para o fim de afastar a limitação territorial do órgão prolator, no caso, por exemplo, de ações coletivas ajuizadas por entidades com representação estatual e nacional ou, ainda, para reconhecer o direito de execução individual por substituídos não filiados ao Sindicato. Mas, por outro lado, determina a observância da base territorial do sindicato autor.*

*Incidência do entendimento jurisprudencial, tanto da e. Corte Superior de Justiça, quanto do exc. Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a legitimidade sindical encontra limite na sua base territorial, e por consequência, a eficácia da sentença coletiva está limitada ao rol dos substituídos existente na base territorial do sindicato autor, ainda que não sindicalizados.*

*Afastada, por consequência, a identidade dos beneficiários finais das ações coletivas. Ausência de litispendência.*

*Existência, contudo, de prejudicialidade entre as demandas, considerada a identidade dos pedidos e das causas de pedir. Julgamento do presente recurso, que deve observar o julgamento da primeira ação coletiva, sob pena de serem*

# Superior Tribunal de Justiça

*proferidas decisões conflitantes e desiguais. Aplicação de entendimento diverso, que possibilitaria o tratamento desigual entre funcionários da mesma categoria, pelo fato de estarem domiciliados em Municípios diversos.*

*Suspensão do recurso, que se impõe, em atenção ao princípio da segurança jurídica, observado o prazo previsto no § 4º, do artigo 313, do vigente Código de Processo Civil, de 2015 (e-STJ, fls. 1.011/1.013).*

Os embargos de declaração opostos pelo UNIBANCO e pela PREVIDÊNCIA foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.108/1.112).

Irresignados, UNIBANCO e PREVIDÊNCIA interpuseram recurso especial, com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegando, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 4º, 313, V, *a*, e 942 do CPC/73, sob os argumentos de: (1) necessidade de aplicação da técnica de ampliação do julgado, pois o julgamento do recurso de apelação não foi unânime; e (2) aplicação equivocada do instituto da prejudicialidade (e-STJ, fls. 1.124/1.139).

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.177).

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 1.187/1.190).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Da aplicação do art. 942 do NCPC

O art. 942 do NCPC traz uma técnica de julgamento que importa na ampliação do colegiado em caso de julgamento não unânime da apelação, independente de apreciação do mérito da demanda.

A jurisprudência desta Corte é no sentido de que, constatada a ausência de unanimidade no resultado da apelação, é obrigatória a aplicação do art. 942 do NCPC, sendo que o julgamento não se encerra até o pronunciamento pelo colegiado estendido.

Anote-se:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. APELAÇÃO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JULGAMENTO NÃO UNÂNIME. TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO. ART. 942 DO CPC/2015. NATUREZA JURÍDICA. TÉCNICA DE JULGAMENTO. CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE VOTO. POSSIBILIDADE. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

4. No caso concreto, diante da ausência de unanimidade no julgamento da apelação, foi aplicado, de ofício, o art. 942 do CPC/2015 a fim de ampliar o colegiado com a convocação de outros desembargadores. Na continuidade do julgamento, um dos desembargadores alterou o voto anteriormente proferido para negar provimento à apelação e manter a sentença, resultado que prevaleceu, por maioria.

5. A técnica de ampliação do colegiado consiste em significativa inovação trazida pelo CPC/2015, **tendo cabimento nas hipóteses de julgamento não unânime de apelação**; ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença; e agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgou parcialmente o mérito.

6. O art. 942 do CPC/2015 não configura uma nova espécie recursal, mas, sim, uma técnica de julgamento, a ser aplicada de ofício, independentemente de requerimento das partes, com o objetivo de aprofundar a discussão a respeito de controvérsia, de natureza fática ou jurídica, acerca da qual houve dissidência.

7. **Constatada a ausência de unanimidade no resultado da apelação, é obrigatória a aplicação do art. 942 do CPC/2015, sendo que o julgamento não se encerra até o pronunciamento pelo colegiado estendido, ou seja, inexistente a lavratura de acórdão parcial de mérito.**

8. **Os novos julgadores convocados não ficam restritos aos capítulos ou pontos sobre os quais houve inicialmente divergência, cabendo-lhes a apreciação da integralidade do recurso.**

9. O prosseguimento do julgamento com quórum ampliado em caso de divergência tem por objetivo a qualificação do debate, assegurando-se oportunidade para a análise aprofundada das teses jurídicas contrapostas e das questões fáticas controvertidas, com vistas a criar e manter uma jurisprudência uniforme, estável, íntegra e coerente.

10. Conforme expressamente autorizado pelo art. 942, § 2º, do CPC/2015, os julgadores que já tenham votado podem modificar o seu posicionamento.

11. Não cabe a esta Corte Superior reexaminar as premissas fáticas sobre as quais se fundamentou o Tribunal local, a fim

# *Superior Tribunal de Justiça*

*de verificar se houve efetivamente divergência, haja vista o óbice da Súmula nº 7/STJ.*

*12. Recurso especial não provido.*

(REsp 1.771.815/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 21/11/2018 - sem destaque no original)

Também não há sentido dizer que a técnica de julgamento prevista no art. 942 do NCPC somente tem aplicação quando o julgamento não unânime do recurso se dê quanto ao mérito da demanda.

Em outros termos, a convocação de novos julgadores deve ocorrer até mesmo nas hipóteses em que o Tribunal, no julgamento de apelação, promova, por maioria, juízo de cassação, e não apenas naquelas em que haja reforma da sentença.

Nesse sentido:

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ART. 942, CAPUT, DO CPC/2015. JULGAMENTO NÃO UNÂNIME. APELAÇÃO. TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO. NATUREZA JURÍDICA. INCIDÊNCIA. MARCO TEMPORAL. ABRANGÊNCIA. NULIDADE. CONFIGURAÇÃO.  
[...]*

*3. Nos termos do art. 942, caput, do CPC/2015, quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada, com a presença de outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial.*

*4. O art. 942 do CPC/2015 não estabelece uma nova espécie recursal, mas, sim, uma técnica de julgamento, a ser aplicada de ofício, independentemente de requerimento das partes, com o objetivo de aprofundar a discussão a respeito de controvérsia, de natureza fática ou jurídica, acerca da qual houve dissidência.*

*5. O art. 942 do CPC/2015 possui contornos excepcionais e enuncia uma técnica de observância obrigatória pelo órgão julgador, cuja aplicabilidade só se manifesta de forma concreta no momento imediatamente posterior à colheita dos votos e à constatação do resultado não unânime, porém anterior ao ato processual formal subsequente, qual seja a publicação do acórdão.*

*6. Diante da natureza jurídica sui generis da técnica de ampliação do colegiado, o marco temporal para aferir a incidência do art. 942, caput, do CPC/2015 deve ser a data da proclamação do resultado não unânime da apelação, em respeito à segurança jurídica, à coerência e à isonomia.*

*[...]*

# *Superior Tribunal de Justiça*

8. Na hipótese de proclamação do resultado do julgamento não unânime ocorrer a partir de 18/3/2016, deve ser observado o disposto no art.

942 do CPC/2015.

9. A incidência do art. 942, caput, do CPC/2015 não se restringe aos casos de reforma da sentença de mérito, tendo em vista a literalidade da disposição legal, que não estabelece nenhuma restrição semelhante ao regime dos extintos embargos infringentes.

10. A redação do caput do art. 942 do CPC/2015, que dispõe acerca da apelação, é distinta do § 3º, que regulamenta a incidência da técnica nos julgamentos não unânimes de ação rescisória e agravo de instrumento, para os quais houve expressa limitação aos casos de rescisão ou modificação da decisão parcial de mérito.

(REsp 1.762.236/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 15/3/2019 - sem destaque no original)

Diante dessa consideração, fica prejudicado o exame das demais alegações recursais.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial, para determinar o retorno dos autos ao TJRJ para que seja observada a regra do art. 942 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator